

A formação territorial do Oeste Baiano: a constituição do “Além São Francisco” (1827-1985)

Resumo

Este escrito se destina a compreender, através da Geografia Histórica, os principais aspectos referentes à formação territorial do Oeste Baiano, no período entre os anos de 1827, momento em que o governo imperial brasileiro determinou a anexação da região pela Província da Bahia em detrimento de Pernambuco, e 1985, data que marcou a introdução de técnicas indutoras da modernização agrícola em tal região. O objetivo principal deste trabalho é, portanto, identificar os agentes de produção do espaço e a dinâmica territorial que resultou na constituição do meio técnico no Oeste Baiano ao longo do recorte espaço-temporal de 158 anos.

Palavras-chave: Formação territorial, Periodização, Geografia Histórica, Além São Francisco, Oeste Baiano.

Abstract

THE TERRITORIAL FORMATION OF THE BAHIA WEST: THE ESTABLISHMENT OF “ALÉM SÃO FRANCISCO” (1827-1985)

This writing is intended to understand, from Historical Geography, the main aspects concerning the territorial formation of the West of Bahia, between the years 1827, when the Brazilian imperial government ordered the annexation of the region by the Province of Bahia to the detriment of Pernambuco, and 1985, the date that marked the introduction of techniques induce the agricultural modernization in this region. The main objective of this paper is therefore to identify the agents of production space and territorial dynamics that resulted in the formation of technical means in Western Bahia along the cut-space of 158 years.

Key-words: Territorial formation, Periodization, Historical Geography, “Além São Francisco”, Western Bahia.

1. Introdução

Em trabalho anterior, Brandão (2009) aponta para a necessidade de uma periodização da formação territorial do Oeste Baiano, apresentando, em tal escrito, uma compreensão para a constituição daquele ente geográfico no período entre 1501 e 1827, na qual o autor identifica a região em exame como um território indiferenciado dos Sertões e cuja dinâmica era marcadamente influenciada pela natureza no desenrolar da vida nos poucos espaços ocupados que ali existiam.

Com o transcorrer do tempo, outra dinâmica territorial passou a vigorar na região que ficou conhecida como “Além São Francisco”, graças à incorporação lenta, gradual, porém seletiva, de técnicas, produzindo transformações que exigem um olhar diferenciado sobre o espaço em exame. Deste modo, um outro período se constitui.

No findar do primeiro terço do século XIX, a anexação da Comarca do São Francisco à Província da Bahia (1827) trouxe estabilidade político-administrativa para o atual Oeste, além de dar contornos definitivos ao território baiano. Tal situação inaugurou um novo quadro da realidade regional, ainda que os efeitos não tenham sido sentidos de imediato.

Na outra ponta do período ora examinado está o ano de 1985, quando da ocorrência de duas ações fundamentais para o desenvolvimento da agricultura modernizada no Oeste Baiano: o lançamento, pela Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia do Governo do Estado, em parceria com uma entidade japonesa, do PRODECER II (segunda etapa do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados), que foi o documento-base para a iniciativa de produzir soja voltada à exportação (BAHIA, 1985), e a implantação da Estação Experimental Agrícola da Cooperativa Cotia, nas proximidades de Mimoso do Oeste, onde foram plantadas as primeiras mudas do grão (BAHIA, 2002).

O período em exame marcou a crescente incorporação das técnicas na realidade oestina, além de um maior reatamento socioespacial de fenômenos ocorridos em escalas mundial/internacional, nacional e provincial/estadual, ainda que, em muitos casos, com considerável atraso.

Assim, este recorte espaço-temporal corresponderia, grosso modo, à constituição do que Milton Santos chamou de meio técnico. A presença

crescente da mecanização, ainda que não de modo generalizado, marcou a mudança para o momento de ascensão dos objetos técnicos frente aos objetos naturais e culturais.

Por ser este um estudo de Geografia Histórica, é de fundamental importância assumir um viés metodológico que lance as bases para a compreensão da construção do território do Oeste Baiano como um processo histórico. Neste sentido, como já fora assinalado por Soja (1993), Harvey (1996) e Santos (2002), a periodização se converte em um recurso analítico imprescindível nos estudos geográficos pela via da longa duração.

Neste sentido, nos dizeres de Brandão (2009, p. 48):

(...) tempo e espaço, considerados como categorias equivalentes e não apenas simultâneas, são tomados como uma totalidade preñe de relações sociais que se estabelecem em acordo com grandes eventos, cujas repercussões adquirem escala mundial/internacional, mas também por outros, cujo sentido e significado são percebidos apenas em determinado lugar ou região. Daí surgirem diferentes formações espaciais ligadas a temporalidades próprias daquele lugar que as abriga.

Porém, quando novas práticas tomam lugar na história, há uma ruptura na ordem estabelecida, impondo mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais, produzindo reflexos na modelagem do espaço abordado. Esta ruptura seria um “período denso” (VASCONCELOS, 1999, p. 191) ou, dito de outro modo, uma desestruturação do processo histórico vigente, dando início a um novo quadro da realidade em suas diversas dimensões.

Desta forma, em cada lapso de tempo encerrado por esses períodos densos, deve-se analisar, além dos eventos significativos, o papel dos agentes de produção do espaço e as transformações e permanências que se pode verificar no território a partir da atuação dessas forças, revelando as espacialidades próprias de cada momento da história que, neste caso, diz respeito ao Oeste Baiano.

2. Considerações preliminares para a compreensão de um território denominado “Além São Francisco”

A análise da dinâmica territorial do Oeste Baiano no período entre 1827 e 1985 deve ser feita a partir da compreensão prévia de dois aspectos,

quais sejam: (a) a delimitação espacial do ente geográfico em exame e (b) as características da dinâmica territorial precedente e as condições para o rompimento da estrutura então vigente, que acabaram por precipitar a ocorrência de um novo período.

No que concerne ao primeiro aspecto, o Oeste Baiano é aqui considerado como o vasto território ocupado pelos 35 municípios localizados na margem esquerda do Rio São Francisco e cuja área tem uma extensão pouco superior aos 183 mil km², onde vivem atualmente cerca de 1,1 milhão de habitantes.

Esta delimitação não deve ser confundida com a Região Econômica Oeste da Bahia ou mesmo com o Território de Identidade Oeste, pois ambas as unidades de regionalização possuem, antes de tudo, um caráter político-administrativo e, por isso, não contemplam satisfatoriamente as dimensões históricas e culturais que dão sentido ao chamado “Além São Francisco”.

Quanto às características da dinâmica territorial precedente e as condições que impuseram o iniciar do período ora analisado, vale ressaltar que:

Nos primeiros três séculos da presença lusitana e brasileira na região, não era possível diferenciá-la do restante do território que se estendia para além do litoral, já que, por suas características socioespaciais e geoeconômicas, o atual Oeste formava uma continuidade indiferenciada do que, à época, se convencionou chamar de sertão (BRANDÃO, 2009, p. 55).

Assim, é possível afirmar que a temporalidade delimitada pelos anos de 1501 (data da descoberta da foz do Rio São Francisco) e 1827 (quando da anexação das terras oestinas à Província da Bahia) converge, grosso modo, com a da constituição daquilo que Santos (2002) denominara de Meio Natural, posto que as divisões social e territorial do trabalho vigentes na época resultavam de uma marcada presença da natureza no transcorrer da vida nos esparsos ecúmenos existentes.

Apenas com a estabilidade político-administrativa trazida pela anexação definitiva do atual Oeste ao território provincial da Bahia é que se pôde perceber a incorporação crescente das técnicas, o que se coadunou com um maior rebatimento socioespacial de fenômenos ocorridos em

escalas mais amplas que a local/regional, desvelando, assim, um novo quadro da realidade oestina.

3. O contexto socioespacial e os principais agentes do período

O início do período ora analisado foi marcado pelas instabilidades políticas do Primeiro Império, que inicialmente pouco repercutiram no Além São Francisco, e pela ascensão – inicialmente tímida, porém constante – de um intercâmbio comercial entre os pequenos núcleos da região, embora tais contatos seguissem limitados praticamente aos cursos navegáveis da bacia hidrográfica (BAHIA, 2000).

Isso se deu, principalmente, pela falta de especialização produtiva da produção agropecuária e extrativista. A diversidade era a marca principal da pequena produção agrícola regional, que era composta de gado (em maior escala que as demais), pesca, feijão, algodão, fumo e atividades extrativas, formando aquilo que Freitas (1999a, p. 63) chamou de “catado”, concebido pelo autor como “o oposto da especialização”.

Mesmo com a criação, em 1823, da Sociedade d'Agricultura, Comércio e Indústria, da proliferação das instituições financeiras na Bahia entre os anos de 1834 e 1858, criação da Associação Comercial, em 1840, e da Companhia para Introdução e Fundação de Fábricas Úteis no ano seguinte (FREITAS, 1999a), pouco se viu em termos de indução à modernização das atividades produtivas no Oeste, região até então despossuída de artigos de exportação que gerasse demanda para tal.

Em 1865, por iniciativa do governo provincial baiano, foi criada a primeira companhia de navegação a vapor do Rio São Francisco, iniciativa logo seguida pela Província de Minas Gerais, dando início a um processo de dinamização econômica da bacia fluvial que, integrada à estrada de ferro Salvador-Juazeiro (1896), gerou novo impulso para o comércio do Oeste. Tais iniciativas repercutiram, inclusive, no surgimento e dinamização de assentamentos urbanos, notadamente a partir das duas últimas décadas daquele século, como assinalam Barros (1923) e Bahia (1936, p. 2000). A partir de então, é importante frisar, se tornou mais evidente a influência

da já secular Revolução Industrial na região, principalmente através do emprego de meios de transportes modernos.

A Abolição da Escravatura (1888), ato de tão significativas consequências no Recôncavo Baiano, quase não se fez sentir no atual Oeste, devido, por um lado, à ínfima migração de negros para aquelas terras e, por outra parte, à estrutura fundiária e ao modelo de produção agropecuária, que favoreciam a perpetuação de relações de trabalho pré-capitalistas, nos quais homens “livres” eram mantidos em condições de vida assentadas em bases semifeudais de servidão.

Entre 1879 e 1880, por ordem de D. Pedro II, Teodoro Sampaio fez parte da Comissão Hidráulica, encarregada de realizar estudos de navegação no interior do Brasil, tendo viajado desde a foz do Rio São Francisco até Pirapora, em Minas Gerais para, daí, seguir em direção à Chapada Diamantina. Durante o périplo, o engenheiro fez descrições dos elementos físico-ambientais, socioeconômicos e políticos do vale do São Francisco (SAMPAIO, 2002).

O final do século XIX inaugurou um momento de maior presença do Estado e a consolidação dos “coronéis” – herdeiros das arraigadas tradições de posse advindas do período colonial – como agentes de produção do espaço no Além São Francisco.

Esses oligarcas, ademais de serem importantes promotores econômicos, passaram a ter cada vez mais poder político, advindo da não consagração do voto secreto pela Constituição Republicana de 1891. Segundo Tavares (2001), no âmbito oestino, tal situação se deu através principalmente de Franklin Lins de Albuquerque (Pilão Arcado), Francisco Bonifácio Mariani (Barra), João Duque (Carinhanha) e Francisco Leobas (Rio Preto, atual Santa Rita de Cássia).

A Igreja, ao contrário, foi perdendo gradativamente a sua capacidade de interferência no espaço oestino, fruto, entre outros motivos, da decretação de um Estado laico pela república recém-surgida no Brasil.

As primeiras décadas do século XX representaram um período de transformações no Além São Francisco, assentadas nos benefícios gerados por um ciclo de crescimento da economia oestina, graças, especialmente, à exploração da borracha de mangabeira, o que produziu certo crescimento

populacional motivado pela migração de trabalhadores rurais de outras regiões do estado (DINIZ, 1982).

Assim, eventos de grande repercussão internacional, como a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a Crise do Capitalismo de 1929, pouco influenciaram no transcorrer da vida na região, posto que a produção agropecuária abastecia basicamente o mercado estadual e, em menor escala, os de outros estados.

Os relatórios da Viação Bahiana do São Francisco entre os anos de 1935 e 1937 davam conta, segundo Freitas (1999b), da incapacidade da companhia em lidar com as exigências do mercado em expansão dado o envelhecimento da frota e a concorrência com as estradas de rodagem abertas pelo governo estadual, que, por sua parte, se beneficiava do recolhimento crescente de impostos.

Ao contrário da repercussão praticamente nula do primeiro conflito mundial no Oeste Baiano, a Segunda Grande Guerra (1938-1945) exigiu o deslocamento de tropas e engenheiros norte-americanos para Barreiras. Estes passaram a fazer uso da estrutura aeroportuária principalmente para envio de látex extraído da mangabeira para elaboração de artigos militares (SANTOS FILHO, 1989).

Deste modo, o Além São Francisco se engajou no esforço de guerra, recebendo como legado o aeroporto, ainda em plena atividade, ainda que tenha sido totalmente destruído durante a ditadura militar, não sem antes ser utilizado para escala de abastecimento das aeronaves *PanAm*, em voos de/para os Estados Unidos da América durante as décadas de 1950 e 1960.

A inauguração de Brasília, em 1960, foi o ato inicial de um processo de redefinição da organização espacial brasileira no que concerne à ocupação e integração territorial do interior do país. Além disso, como parte do Plano de Metas, várias rodovias foram projetadas com o intuito de ligar a nova capital nacional aos principais centros do país, incluindo Salvador. Tal iniciativa foi benéfica para o Oeste Baiano pela sua localização entre os dois importantes centros urbanos. Além disso, segundo Santos Filho (1989), a criação de Brasília abriu perspectivas de assimilação do Oeste Baiano à rede urbana que viria a se formar a partir do novo Distrito Federal.

Com o advento da ditadura militar (1964-1985), o Brasil ingressou em um processo de aceleração induzida da economia, denominado por Becker e Egler (1994, p. 136) de “modernização conservadora” e cujos sustentáculos foram o I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento), no período 1972-1974, e o II PND, entre os anos de 1975 e 1979.

Desta forma, com vistas em consolidar uma posição de potência internacional para o Brasil, as autoridades do regime ditatorial levaram a cabo um sem-número de obras de grande porte, além da criação de organismos ligados às políticas públicas de caráter regional, muitas repercutindo na produção do espaço no Oeste Baiano.

Assim, durante a década de 1970, foram instalados ou criados órgãos como o 4º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção do Exército Brasileiro), em 1972, transferido do Ceará e responsável pela pavimentação das rodovias BR 242 e BR 020, a CODEVASF (Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco), que em 1973 instalou o Projeto São Desidério e a criação de projetos de colonização pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), entre os quais o Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho (DINIZ, 1982).

Em finais da década de 1970, segundo proposta contida no II PND para o setor energético, foi criado o Lago de Sobradinho – o maior espelho d’água artificial do mundo – para gerar energia através da hidrelétrica de mesmo nome e regular o regime das águas do Rio São Francisco, garantindo também o funcionamento da Usina de Paulo Afonso, inaugurada em 1955 (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Com isso, foi necessário realizar o deslocamento das sedes municipais de Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova, cidades localizadas na margem esquerda, além de Sobradinho e Sento Sé, na margem oposta.

Em decorrência do lançamento do Programa de Ocupação Econômica do Oeste, um projeto de dotação de infraestrutura que integrava o Plano de Diretrizes e Metas do Governo do Estado, o então governador, Antonio Carlos Magalhães, determinou que Barreiras seria a capital da Bahia durante dois dias do mês de abril de 1980, tendo despachado naquela cidade com todo o seu secretariado (GAZETA DA BAHIA, 1980).

Em 1982, graças ao fluxo crescente de automóveis na BR 242 e na BR 020, foi instalado o posto de gasolina que deu origem ao povoado de

Mimoso do Oeste, distante cerca de 100 km da sede municipal de Barreiras (DALLACQUA, 2007), sendo, pois, o sítio urbano do que viria a ser o município de Luís Eduardo Magalhães, emancipado em 2000.

Na obra *A área centro-ocidental do Nordeste*, Diniz (1982, p. 86) apontou as seguintes diferenças na ocupação do solo rural do Oeste Baiano: a “ocupação tradicional de várzeas e brejos” em Barra e entorno, “pecuária solta” em Pilão Arcado, Remanso e Casa Nova, “pecuária melhorada” em Cotegipe, “sistema primário dominado pela agropecuária semi-extensiva tradicional de encostas e vales” em Barreiras e entorno e algumas poucas “áreas mecanizadas” no atual município de Luís Eduardo Magalhães e em São Desidério, com rizicultura introduzida pelos “paranaenses” (DINIZ 1982, p. 92). O autor chamou atenção ainda para a penetração de agricultores nordestinos capitalizados em Barra, Riachão das Neves e Cotegipe, edificando empreendimentos privados.

Para Diniz (*op. cit.*, p. 132), o quadro que se desenhava com o surgimento de uma nova estrutura fundiária no início da década de 1980 era bastante conflituoso e resultava da atuação de três agentes de transformação, quais sejam: os agricultores individuais capitalizados, os agentes econômicos e o Estado. Para o autor, “estas três forças produzem choques profundos em toda a área em que penetram. Conflitos diretos são gerados quando ‘gaúchos’, ‘paranaenses’ e empresas cercam áreas imensas dos Gerais e criam atritos com posseiros e agregados”. E segue afirmando:

Mas os conflitos não são apenas aqueles criados com violência física, mortes, incêndios e destruição; o conceito precisa ser ampliado para englobar as desapropriações injustas, a compra de pequenas propriedades e de benfeitorias por preços ínfimos, que desestruturaram o camponês e sujeitam-no ao assalariamento, à miséria, à fome e ao subemprego (DINIZ 1982, p. 133).

As observações descritas acima encontram convergência com Haesbaert (2002), que, ao analisar a presença de migrantes sulistas no Oeste Baiano, faz referência à relação conflituosa que existe entre os “gaúchos” e os nativos nordestinos.

Em meados da década de 1980, a Embrapa, que, segundo Alves (2006, p. 17), assumiu um “papel de destaque na preparação das condições para o avanço da soja no território nacional”, divulgou os resultados finais dos estudos realizados desde a década anterior e que tinham o intento de

avaliar o potencial agrícola do cerrado baiano para a produção voltada à exportação de grãos, notadamente a soja, abrindo perspectivas para a introdução de um modelo capitalista de base agroindustrial no Oeste Baiano (DALLACQUA, 2007).

Assim, o último terço do século XX chegou ao seu fim com o Estado – nas esferas federal e estadual – e os agentes econômicos consolidando a sua condição de principais promotores da produção do espaço no Oeste Baiano, gerando as transformações necessárias à constituição do meio técnico-científico e informacional, o que viria a ocorrer logo em seguida.

4. Dinâmica territorial

Neste período é possível dimensionar duas situações distintas da dinâmica territorial oestina: a primeira delas referente à dinamização da vida urbana, com o surgimento de nucleações e ascensão de antigos arraiais à condição de vilas e cidades, repercutindo, anos mais tarde, na consolidação de uma rede urbana regional; e a segunda, com a formação de novos ecúmenos, mais distantes das vias de circulação preexistentes e integrando espaços antes isolados da realidade econômica brasileira.

Assim, ainda que os primeiros municípios criados no Além São Francisco sob jurisdição baiana tenham sido Campo Largo (1820), atual distrito de Taguá, em Cotegipe, Carinhanha (1832) e Santa Rita de Cássia (1840), então chamada de Santa Rita do Rio Preto, todos desmembrados de Barra, foi em finais do século XIX que houve maior profusão de novas municipalidades, entre as quais a Vila de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas, hoje Correntina (1866), Porto de Santa Maria da Vitória do Rio Corrente (1880), cuja denominação atual é apenas Santa Maria da Vitória, Angical (então conhecida como Santana de Angical), Casa Nova (1879) e Santana (1890), além de Barreiras (1891), redefinindo significativamente a organização do espaço intra-regional e dando vazão aos desejos políticos das lideranças locais.

Em sua *Memória sobre o Estado da Bahia*, Vianna (1893) relatou a história e as funções urbanas de algumas das nucleações citadas anterior-

mente, destacando o papel do comércio e dos serviços, sugerindo, inclusive, a existência de uma rede urbana em formação que se estendia para além dos limites estaduais e atingindo vilas de Goiás e Minas Gerais. O aumento exponencial de vias terrestres e o surgimento de novas nucleações no período permitem inferir serem estas as causas da conformação de uma rede urbana no Oeste.

Outro fato importante tratado no período diz respeito à definição dos limites territoriais dos estados, algo pouco discutido no Império, mas fundamental no regime federativo. Em finais da década de 1910, o governador J. J. Seabra nomeou o historiador Brás do Amaral para realizar os estudos de demarcação do território baiano. Depois de finalizada a tarefa, foram assinados convênios polêmicos com os estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Piauí, Minas Gerais e Espírito Santo que resultaram no contorno atual da Bahia. Como não podia deixar de ser, a maior contestação partiu, segundo Tavares (2001), das autoridades pernambucasas, que reivindicavam a faixa de terra anteriormente denominada Comarca de São Francisco.

Após o *boom* do final do século XIX, outras nucleações só viriam a adquirir *status* de sedes municipais depois de transcorrido um lapso de mais de meio século, quando, em 1958, foram criados os municípios de Coribe, através de desmembramento de Santa Maria da Vitória, e Cocos, separado de Carinhanha.

Na década seguinte, Santa Rita de Cássia perdeu território na criação de Formosa do Rio Preto (1961), Santana cedeu parte de sua área para o surgimento de Serra Dourada e Canápolis, o mesmo ocorrendo com Barreiras em relação a Baianópolis, Catolândia e São Desidério, Cotegipe foi o município cedente na criação de Riachão das Neves, a partir de Angical se deu a formação de Brejolândia, Cristópolis e Tabocas do Brejo Velho e, mais ao norte, surgiu Campo Alegre de Lourdes, emancipado de Remanso, todos em 1962. Além desses, no ano anterior, Carinhanha perdeu a parte de seu território localizada na margem direita do Rio São Francisco, quando foi fundado o município de Malhada.

O surto da construção de estradas ocorrido ainda no primeiro terço do século XX parece também ter contribuído na constituição de uma nova organização espacial na qual o Oeste, antes “ajustado ao eixo Juazeiro-

Salvador” (FREITAS, 1999b, p. 90), graças à integração fluvio-ferroviária, passou a interagir com mais consistência com os estados limítrofes, notadamente com Goiás, Minas Gerais e Piauí.

Em publicação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), Diniz (1982) voltou a tratar de um tema já comentado por F. Vianna no final do século anterior: a rede urbana do Oeste, que passara a ter sua centralidade em Barreiras e cuja ampliação do raio de influência alcançara os estados vizinhos. Segundo o autor, utilizando metodologia empregada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na determinação de regiões funcionais urbanas, o Oeste Baiano possuía, em 1980, um centro regional de 1º nível (Barreiras), um centro regional de 2º nível (Remanso) e dois centros locais de 2º nível (Barra e Cotegipe).

Outra significativa transformação na dinâmica territorial do Oeste teve caráter demográfico, notadamente nos anos finais do período em exame, momento no qual não apenas cidades iam acumulando população, mas também os ecúmenos recém ocupados dos Gerais, onde o incremento se deu especialmente pela fixação de migrantes sulistas, fenômeno comum a partir do final da década de 1970. Segundo Bahia (2000), tal fenômeno incluiu a formação de nucleações ligadas à agricultura moderna, entre as quais Mimoso do Oeste, Novo Paraná e Bela Vista (Barreiras), Roda Velha (São Desidério) e Balsas, Águas Claras e Rosário (Correntina).

No transcorrer de quase três décadas, nos decênios entre 1970 e 1990 e entre este último ano e o de 1996, a taxa anual de crescimento do Oeste esteve quase sempre acima daquela medida em escala estadual, ainda que com valores muito aproximados, como apontam os estudos realizados pelo Governo da Bahia (BAHIA, 1997).

Tal situação foi possível, em grande parte, graças à atuação concomitante da CODEVASF, importante na criação de projeto de colonização e irrigação em Barreiras e São Desidério, do PRODECER II, graças ao financiamento de agricultores e da EMBRAPA, pelas pesquisas voltadas ao aproveitamento agrícola do cerrado baiano. Estas iniciativas foram fundamentais na transformação de espaços antes não aproveitados em localizações estratégicas para a agricultura modernizada de exportação, atraindo populações de investidores individuais e grupos empresariais de Salvador, Nordeste e Centro-Sul do país.

Em tese de doutorado, Alves (2006, p. 71) reafirma que a importância da participação dos migrantes sulistas nesse processo de ocupação dos Gerais foi imprescindível:

Aproveitando-se das ações governamentais e do baixo preço das terras, os sulistas lideraram a corrente migratória para os cerrados baianos e tornaram-se os principais responsáveis pela produção de grãos dessa área. (...) Os primeiros grupos chegaram na área no final da década de 1970, mas esse movimento se consolidou mesmo nos anos 1980.

No que diz respeito ao fenômeno demográfico no espaço urbano, a cidade de Barreiras foi a localidade com maior acréscimo populacional no período. Segundo Bahia (1997), a taxa anual de crescimento da maior urbe oestina foi de 7,11% entre 1970 e 1980, de 7,58% de 1980 a 1990 e, apenas para efeito de comparação, de 4,18% no intervalo de 1991-1996 (enquanto a Bahia apresentava valores de 2,30%, 2,27% e 0,87%, respectivamente).

5. Considerações finais

Este texto, que representa um esforço – já iniciado através de outro escrito (BRANDÃO, 2009) – de aplicar em âmbito regional o método de análise desenvolvido por Pedro Vasconcelos (1999) para estudos de Geografia Histórica realizados em escala urbana, busca compreender a história do território que se convencionou chamar de Oeste Baiano no período entre os anos de 1827, quando da anexação daquelas terras pela Província da Bahia, e 1985, momento de implantação de técnicas indutoras da modernização agrícola que a região atualmente vivencia.

Se nos séculos anteriores não era possível perceber singularidades na dinâmica socioeconômica e política do Oeste Baiano em relação àquela experimentada pelos sertões do interior brasileiro, chegando mesmo a se configurar como um território indiferenciado, a partir da anexação das terras à esquerda do Rio São Francisco pela Província da Bahia, passou a vigorar a estabilidade político-administrativa necessária à inauguração de um novo quadro da realidade oestina.

Assim, em decorrência, num primeiro momento, (a) da introdução de meios de transportes mais modernos, (b) da ampliação das relações

capitalistas, (c) da maior presença do Estado e, em momentos mais recentes, (d) do avanço paulatino da agricultura de alto rendimento em direção à fronteira oeste da Bahia e (e) da crescente especialização do território, com consequência direta na urbanização da sociedade, o aparecimento de objetos técnicos se tornou cada vez mais comum no antigo Além São Francisco, subvertendo o tempo da natureza e implantando outro, caracterizado pela racionalidade plena que torna possível todo e qualquer interesse das forças hegemônicas da economia.

O período em exame consolidou, a partir da instauração do meio técnico, a noção de que a porção oeste da grande bacia hidrográfica brasileira fora, enfim, apropriada pela Bahia, ainda que como um território distante, o que fica claro pelo termo que lhe foi historicamente atribuído: o Além São Francisco.

Referências

ALVES, Vicente Eudes Lemos. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio**. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BAHIA, Estado da. **Anuario Estatístico da Bahia. Anno de 1934**. Salvador: Graphica Oficial, 1936.

_____. **Programa de Desenvolvimento dos Cerrados. PRODECER**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 1985.

_____. **Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável. Oeste**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 1997.

_____. **Mudanças sociodemográficas recentes. Oeste**. Salvador: Superintendência de Estudo Econômicos e Sociais da Bahia, 2000.

_____. **Perfil municipal. Luís Eduardo Magalhães**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, 2002.

BARROS, Francisco Borges de. **Dicionário geográfico e histórico da Bahia**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

BECKER, Bertha; EGLER, Claudio. **Brasil. Uma nova potência regional na economia-mundo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. Um território indiferenciado dos Sertões: a Geografia pretérita do Oeste Baiano (1501-1827). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 29, n. 1, p. 47-56, 2009.

DALLACQUA, Clarisse Torrens Borges. **Planejamento territorial do desenvolvimento: ação técnica e ação política. Uma prática piloto na região de Barreiras**. 183 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **A área centro-ocidental do Nordeste**. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1982.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural (primeira parte). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 181, p. 59-78, 1999a.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Oeste da Bahia: formação histórico-cultural (segunda parte). **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 182, p. 85-102, 1999b.

GAZETA da Bahia. **Barreiras, capital do estado por dois dias**. Edição mensal, abril. Salvador: Caderno de Turismo, 1980, p. 2-3.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná; GOMES, Paulo e CORRÊA, Roberto (orgs.). **Brasil. Questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 362-403.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

SAMPAIO, Teodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS FILHO, Milton. **O processo de urbanização no Oeste Baiano**. Recife: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, 1989.

SOJA, Edward. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de A. Questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica. In: VASCONCELOS, Pedro; SILVA, Silvio Bandeira de Mello e (orgs.). **Novos estudos de Geografia Urbana brasileira**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999. p. 191-201.

VIANNA, Francisco Vicente. **Memória sobre o Estado da Bahia**. Salvador: Typographia e Encadernação do Diário da Bahia, 1893.

Recebido em: 06/01/2010

Aceito em: 18/05/2010